

APRESENTAÇÃO

A Seção Judiciária do Rio de Janeiro, SJRJ, em parceria com o Centro Cultural Justiça Federal, CCJF, apresenta a 44ª Edição da Revista da Seção Judiciária, intitulada **Diálogos Com o Direito**. A edição está composta por dez artigos, que trazem importantes debates sobre a Teoria e Filosofia do Direito, Políticas Públicas, bem como discussões sobre a temática Gênero e Direito.

O primeiro bloco desta edição é composto por quatro trabalhos que se relacionam à Teoria e Filosofia do Direito: **O Decisionismo Jurídico, de Carl Schmitt** aborda a teoria jusfilosófica do decisionismo, na qual se assentam as bases do conhecimento dos estudiosos nessa vertente de pensamento, como Carl Schmitt, que considera que a vontade soberana põe termo à desordem e assegura, por meio dos seus mandamentos, a lei, a segurança e a paz.

A Lei como Principal Fonte Formal Estatal tece breves considerações sobre a lei enquanto principal fonte formal estatal do Direito brasileiro, considerando que no sistema jurídico romano-germânico (*civil law*) a lei figura como principal fonte, sendo este termo entendido como a origem do Direito, isto é, os modos de formação e revelação das normas jurídicas.

Em **O Julgamento de Adolf Eichmann: A Tentativa da Defesa de Justificar o Injustificável**, o autor investiga os antecedentes que deflagraram a ascensão do nazismo na Alemanha da primeira metade do século XX, analisando os argumentos da defesa apresentados no julgamento de Adolf Eichmann, um homem simples que se rendeu a toda a burocracia da máquina nazista e se apresentou como um cego observador dos mandamentos legais, mesmo que assim se tenha transformado em um frio assassino de judeus.

Em sequência, o artigo **A Ordem Metaconstitucional de Direitos Humanos e seus Desafios no Mundo Globalizado** pretende demonstrar que a proteção dos direitos humanos no mundo globalizado caminha entre duas grandes perspectivas autoexcludentes, quais sejam, de um lado, o projeto epistemológico neoliberal da ordem unipolar americana e, do outro, o projeto epistemológico metaconstitucional da ordem mundial multipolar.

O segundo bloco de artigos traz discussões sobre **Políticas Públicas e suas relações com o Direito**. É composto de três trabalhos, sendo que o último deles já introduz o terceiro bloco de artigos, dedicado à temática Gênero e Direito.

Iniciando este bloco, o texto **Leitura e Construção Subjetiva: Uma Alternativa para Pessoas Encarceradas** traz reflexões acerca da política pública prisional, mediante projeto de subsídio à atividade de leitura de pessoas encarceradas. O propósito em questão é de grande importância, uma vez que oferece um espaço de reflexão e debate sobre o cotidiano prisional e, principalmente, sobre a prospecção do retorno das pessoas presas à dinâmica da vida social.

No artigo **O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): Alimentação e Aprendizagem**, os autores refletem sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), uma das políticas públicas mais importantes do país e da América Latina no combate à fome e à desnutrição. O PNAE não é e não pode ser uma política tida como assistencialista, que reduz a alimentação escolar à “comida para pobres”.

Finalizando o bloco sobre políticas públicas e já introduzindo o seguinte, acerca de Gênero e Direito, **Políticas Públicas: Abordagens Acerca da Alteração de Nome e de Gênero de Pessoas Trans** utiliza os Estudos de Gênero e a Teoria *Queer* para refletir sobre a possibilidade de pessoas transexuais conseguirem realizar a alteração do nome e do sexo no Registro Civil.

Em **“Ele Disse que me Mataria...”: Cultura Machista, Violência Doméstica e Impunidade**, os autores apresentam uma breve reflexão sobre as questões que envolvem violência doméstica contra as mulheres, a problemática do machismo e a impunidade do ponto de vista jurídico. Objetivam demonstrar que a impunidade dificulta o combate a esta modalidade de violência e dificulta tipificar, julgar e executar as penas em relação aos casos inseridos na Lei Maria da Penha e Lei do Femicídio.

O artigo **Ação Afirmativa para a Mulher Negra Brasileira** discorre sobre a eficácia das políticas de discriminação positiva na sociedade e na economia brasileira atual, em seu aspecto racial e de gênero, mediante análise das ações

afirmativas implementadas no Brasil relacionadas à raça, em especial às mulheres negras, no contexto social.

Fechando a presente edição, o trabalho **Feminicídio e a PEC 181-A: as Conquistas Feministas e o Retrocesso Conservador** discute os avanços legislativos, bem como jurisprudenciais, dos últimos anos no que se refere às agendas feministas, em contraposição à Proposta de Emenda Constitucional 181-A, cuja inserção do termo inicial de proteção da vida poderia obstaculizar o debate sobre o aborto no Brasil, além de ensejar inúmeras ações de inconstitucionalidade a respeito das possibilidades de aborto previstas no Código Penal.

Desejamos aos nossos autores e leitores uma boa leitura,

Os Editores.